

Demonstrações Financeiras

Mineração Morro do Ipê S.A.

31 de dezembro de 2025 e 2024
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

A Administração da Mineração Morro do Ipê S.A. ("Companhia"), em observância aos preceitos legais e de acordo com a Legislação societária vigente vem submeter a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório do auditor independente, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos.

2. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº. 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY") presta serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras da Companhia.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

A EY declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente.

Brumadinho, 20 de agosto de 2026.

A Administração

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial6

Demonstração do resultado8

Demonstração do resultado abrangente9

Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....10

Demonstração dos fluxos de caixa11

Notas explicativas às demonstrações financeiras12



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e aos Acionistas da
Mineração Morro do Ipê S.A.
Brumadinho, MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Morro do Ipê S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Dependência de suporte financeiro dos acionistas

Chamamos a atenção para a nota 1 às demonstrações financeiras, que descrevem que a continuidade operacional da Companhia depende de suporte financeiro de seus acionistas para honrar determinadas obrigações financeiras, bem como para realizar investimentos em ativos operacionais necessários até que a planta atinja a capacidade operacional prevista. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a manutenção desse suporte financeiro, conforme previsto no modelo de negócios aprovado pelos acionistas da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para descomissionamento de ativos

Conforme divulgado na nota explicativa 18, como parte de suas operações, a Companhia incorre em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente com o fim das operações. A reabilitação de áreas e do meio ambiente é requerida tanto pela legislação em vigor quanto pelas políticas da Companhia. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige julgamento em relação a fatores como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de moeda estrangeira. Devido à relevância da provisão para descomissionamento de ativos e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa, que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria. A provisão para descomissionamento de ativos corresponde a R\$98.569 mil em 31 de dezembro de 2025.

Como a auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção de entendimento do processo e premissas utilizadas pela Companhia para mensuração da provisão para descomissionamento de ativos, incluindo o custo base das áreas a serem recuperadas com o fim das operações, premissas macroeconômicas que foram consideradas no modelo de fluxo de caixa projetado relacionadas a taxas de inflação, para mensuração da taxa de desconto e a vida útil da mina, além da revisão da movimentação da provisão no exercício relativa às áreas a serem abandonadas, restauradas/reabilitadas e a obrigação ambiental pertinente, visando verificar os custos previstos no plano de abandono aprovado; (ii) utilização de especialistas ambientais e de sustentabilidade para avaliar a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas na preparação das estimativas; e (iii) efetuamos a avaliação da adequação da divulgação nas demonstrações financeiras com relação à provisão das obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas.



**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham o as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração, e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Glaucio Dutra da Silva', written over the printed name and registration number.

Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

Mineração Morro do Ipê S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	34.090	68.339
Contas a receber de clientes		16.828	484
Estoques	5	155.270	157.658
Impostos a recuperar	6	57.344	68.806
Despesas antecipadas	7	12.572	8.269
Adiantamentos a terceiros	8	11.286	28.472
Outros ativos financeiros	12	69.014	27.487
		356.404	359.515
Não circulante			
Depósitos Judiciais	17	8.458	7.616
Depósitos vinculados		4.307	5.048
Impostos a recuperar	6	66.673	47.480
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	440.798	346.451
Imobilizado	9	1.532.868	1.727.555
Intangível	10	44.261	52.180
Outros ativos financeiros	12	29.224	2.670
Outros ativos		2.198	2.254
		2.128.787	2.191.254
 Total do ativo		2.485.191	2.550.769

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	104.646	151.056
Empréstimos e financiamentos	12	1.207.787	327.565
Partes relacionadas	13	149.281	151.954
Impostos a recolher	14	13.304	8.977
Obrigações trabalhistas	15	29.444	15.139
Passivos de arrendamento		1.270	1.534
Obrigações com terceiros	16	12.817	14.125
Adiantamento de clientes		198	300
		1.518.747	670.650
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	-	598.072
Provisão de contingências	17	8.064	5.584
Provisão para descomissionamento de ativos	18	98.569	110.127
Passivos de arrendamento		-	1.538
Obrigações com terceiros	16	4.295	7.194
Partes relacionadas	13	1.046.608	692.639
Outros passivos financeiros	12	75.565	43.187
		1.233.101	1.458.341
Patrimônio líquido	19		
Capital social		835.937	835.937
Reserva de hedge	12	22.673	(13.030)
Ajustes acumulados de conversão		(9.708)	(9.883)
Prejuízos acumulados		(1.115.559)	(391.246)
		(266.657)	421.778
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.485.191	2.550.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita de vendas, líquida	20	1.281.400	969.698
Custo dos produtos vendidos	21	(1.524.775)	(1.586.005)
Resultado bruto		(243.375)	(616.307)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	22	(110.471)	(82.432)
Outros resultados operacionais	23	(25.861)	(41.886)
		(136.332)	(124.318)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(379.707)	(740.625)
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		192.588	336.899
Despesas financeiras		(631.541)	(243.999)
		(438.953)	92.900
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(818.660)	(647.725)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	25	94.347	335.941
Prejuízo líquido do exercício		(724.313)	(311.784)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(724.313)	(311.784)
Ajuste acumulado de conversão	175	59.444
Operações com derivativos	35.703	(11.921)
Total do resultado abrangente do exercício	(688.435)	(264.261)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste acumulado de conversão	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	663.437	(69.327)	(1.109)	(79.462)	513.539
Aumento de capital	172.500	-	-	-	172.500
Prejuízo do exercício	-	-	-	(311.784)	(311.784)
Ajustes acumulados de conversão	-	59.444	-	-	59.444
Custo de reserva de hedge	-	-	(11.921)	-	(11.921)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	835.937	(9.883)	(13.030)	(391.246)	421.778
Prejuízo do exercício	-	-	-	(724.313)	(724.313)
Ajustes acumulados de conversão	-	175	-	-	175
Custo de reserva de hedge	-	-	35.703	-	35.703
Saldos em 31 de dezembro de 2025	835.937	(9.708)	22.673	(1.115.559)	(266.657)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(818.660)	(647.725)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	21,22	94.933	77.988
Provisão para perda de estoques	21	20.414	39.175
Juros sobre empréstimos	24	172.985	100.964
Juros com partes relacionadas	24	104.742	54.277
Baixa de ativos imobilizados	9	21.155	17.352
Perda com créditos tributários	23	3.953	4.648
Atualização monetária de ativos		2.178	1.494
Outras provisões e amortizações		5.488	6.961
Termo de ajustamento de conduta		-	(1.591)
Efeito de conversão - resultado		165.561	(334.075)
		(227.251)	(680.532)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(16.344)	14.246
Contas a receber partes relacionadas		-	127.018
Estoques		(32.990)	(57.941)
Despesas antecipadas		(4.308)	20.017
Impostos a recuperar		(11.684)	(37.207)
Depósitos judiciais e vinculados		(44)	(1.320)
Adiantamentos a terceiros/funcionários		15.911	11.272
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(62.054)	(16.399)
Partes relacionadas		37.053	331.060
Adiantamento de clientes		(84)	212
Adiantamentos de clientes - partes relacionadas		218.877	185.561
Obrigações com terceiros e trabalhistas		10.044	(16.399)
Impostos a recolher		4.327	(5.252)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(150.108)	(96.987)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(218.655)	(222.651)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativos imobilizados	9	(111.861)	(139.186)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(111.861)	(139.186)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital		-	172.500
Empréstimos adquiridos	12	1.020.915	876.500
Liquidação de principal	12	(724.000)	(750.000)
Passivos de arrendamento		(2.023)	(1.474)
Custo de transação	12	(19.676)	(6.152)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		275.216	291.374
Variação cambial		21.051	33.243
Variação de caixa e equivalente de caixa		(34.249)	(37.220)
No início do exercício		68.339	105.559
No fim do exercício		34.090	68.339
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(34.249)	(37.220)
Informação suplementar			
Aumento (redução) não caixa de imobilizado decorrente de:			
Provisão/(Reversão) recuperação ambiental		(2.135)	(8.765)
Juros e derivativos capitalizados		-	49.362
Direito de uso - arrendamentos		-	4.352

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia foi adquirida e denominada Mineração Morro do Ipê S.A. (“Morro do Ipê” ou “Companhia”) em 17 de março de 2016, sendo que anteriormente a Companhia se chamava Santa Dominica Empreendimentos e Participação S.A. e possuía um capital social no valor de R\$0,15. Em 28 de outubro de 2016, a Mineração Morro do Ipê S.A. iniciou suas atividades em fase pré-operacional, através da aquisição de ativos da MMX Sudeste Mineração S.A. (“MMX Sudeste”) por R\$137.255. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida no município de Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, com atuação na extração de minério de ferro.

Em 25 de Outubro de 2016, a MMI emitiu 70.000.000 de títulos de remuneração variável não conversíveis em ações (“Títulos”), os quais foram integralmente subscritos e integralizados pela MMX Sudeste Mineração S.A. que foram cedidos a certos credores, nos termos da escritura disponível no website da MMI (“Escritura”). Conforme previsto na Escritura, os Títulos farão jus a uma remuneração variável anual, limitada a R\$70 milhões (“Royalties”), a partir do momento em que a produção de minério de ferro na base seca da MMI ultrapassar 6.000.000 (seis milhões) de toneladas em um ano calendário (“Condição para Apuração dos Royalties”). Após o atingimento da (“Condição de para apuração dos Royalties”) os royalties serão calculados proporcionalmente ao volume de vendas (3% da receita bruta deduzido de despesas de vendas) e limitado a R\$70 milhões. O pagamento será anualmente, no dia 31 de janeiro de cada ano calendário subsequente ao seu reconhecimento. Até a presente data, a MMI não atingiu a Condição para Apuração dos Royalties, e conseqüentemente não ocorreu pagamento à título de Royalties a qualquer credor de Títulos.

Em 1º junho de 2017, a Companhia saiu da fase pré-operacional e iniciou suas atividades comerciais, destinadas exclusivamente para o mercado externo. A primeira venda ao mercado externo ocorreu no mês de julho de 2017, seguido dos meses de setembro e outubro deste mesmo ano.

Ainda em 2017, a Mineração Morro do Ipê iniciou suas atividades operacionais com o beneficiamento de antigas pilhas de rejeito de minério da MMX Mineração, com beneficiamento nas instalações na Usina de Ipê.

Durante os anos de 2021 e 2022, a Companhia alcançou volumes de produção e vendas de aproximadamente 2,4 milhões e 3,4 milhões de toneladas, respectivamente. Esse desempenho, aliado ao cenário favorável dos preços do minério de ferro, contribuiu significativamente para a melhoria dos resultados operacionais e, conseqüentemente, para a capacidade da Companhia de financiar parte do projeto “Tico-Tico” com geração própria de caixa.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia recebeu a Licença de Operação (LO) da Mina de Tico-Tico, emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, autorizando o início das operações da nova usina de beneficiamento. O “ramp-up” teve início em 2024, com previsão de conclusão naquele mesmo ano; contudo, devido à necessidade de ajustes no projeto para atender à nova capacidade prevista, o cronograma foi reavaliado em 2025, em função de limitações operacionais. Assim, a Companhia estabeleceu 2028 como a nova estimativa para conclusão do “ramp-up”. Nesse contexto, a Companhia vem promovendo a readequação de sua estrutura de custos, capital e área comercial, alinhando-a ao volume de produção projetado para os próximos anos, com o objetivo de fortalecer seu desempenho financeiro.

A nova operação possui potencial para atingir até 6,0 milhões de toneladas anuais de “pellet feed”, produto com teor de ferro de 65%, o que permitirá à Companhia capturar melhores preços no mercado internacional e ampliar sua margem operacional.

Em 2025, a Companhia produziu 3.554 mil toneladas úmidas de produto acabado (4.438 mil em 2024) e comercializou 3.507 mil toneladas úmidas (3.562 mil em 2024). Especificamente quanto ao minério “Pellet Feed” produzido na usina de Tico-Tico, o volume aumentou de 1.544 mil toneladas em 2024 para 2.666 mil toneladas em 2025 - um crescimento de 73%, evidenciando a evolução do “ramp-up”. A Companhia considera que o processo estará concluído quando a produção anual atingir 6 milhões de toneladas desse produto.

Ainda, em março de 2025, a Companhia obteve a Licença de Operação para Grota das Cobras - Fase 1, representando um marco relevante para o avanço do processo de empilhamento de estéril e rejeitos.

Situação financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido (“CCL”) negativo de R\$1.162.343 mil (R\$311.135 mil negativo em 2024), prejuízo do exercício de R\$724.313 mil (R\$311.784 mil em 2024) e prejuízos acumulados de R\$1.115.559 mil (R\$391.246 mil em 2024).

É importante destacar que o CCL em 2025 foi impactado significativamente pela reclassificação das debêntures em decorrência do descumprimento do “covenant” de Dívida Líquida/EBITDA.

Embora a Companhia tenha obtido “waiver” em 10 de março de 2026, antes da autorização das demonstrações financeiras, o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis determina que as condições existentes na data do balanço devem ser consideradas para fins de classificação dos passivos.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira da Companhia--Continuação

Nesse contexto, o descumprimento do “*covenant*” implicou que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não detinha o direito incondicional de adiar a liquidação das obrigações por mais de doze meses, conforme previsto no item 74 do CPC 26.

Dessa forma, a Administração procedeu à reclassificação do montante total das debêntures, no valor de R\$901.010 mil, do passivo não circulante para o passivo circulante, contribuindo de maneira relevante para o CCL negativo apresentado no exercício.

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 encerrou-se negativo em R\$266.657 mil (ante saldo positivo de R\$421.778 mil em 2024). No mesmo período, a Companhia finalizou o exercício com posição de caixa de R\$34.090 mil (R\$68.339 mil em 2024).

Em 2025, o fluxo de caixa operacional foi negativo, principalmente, i) atraso no “*ramp-up*” da nova usina de Tico-Tico, ii) incremento de custo com insumos para operar a nova usina de beneficiamento e despesas fixas superiores para a nova operação de 6 milhões de toneladas por ano.

A Companhia reestruturou seus empréstimos com vencimento no início e meados de 2026. Caso necessário, a Companhia também poderá contar com o suporte de seus Acionistas e com linhas de crédito junto a instituições financeiras, embora esse não seja o cenário-base considerado pela Administração. Como demonstração desse suporte, foi aprovado um aporte de capital no montante de US\$ 50 milhões, e realizado pelos Acionistas até a assinatura destas demonstrações financeiras, com o objetivo de reforçar a liquidez da Companhia.

Entretanto, de acordo com o modelo de negócios e com o avanço do “*ramp-up*” da nova usina de beneficiamento, a Companhia projeta geração de caixa operacional suficiente para honrar seus compromissos financeiros - incluindo serviço da dívida - e suas obrigações com fornecedores ao longo dos próximos 12 meses.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira da Companhia--Continuação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal (*"going concern"*) dos negócios da Companhia.

Todas as premissas adotadas pela Companhia são baseadas na melhor estimativa da Administração a respeito das condições futuras do mercado. A Administração acredita que as previsões se basearam em estimativas prudentes de preço e produção, porém mudanças significativas nessas premissas podem afetar o resultado e as reservas de caixa projetadas.

Historicamente, a Companhia adotou uma estratégia de preservação de caixa, que restringe a assunção de compromissos para investimentos de capital significativo, a menos que exista uma fonte de recursos específica disponível. Isso protege a Companhia contra problemas de liquidez decorrentes de compromissos em projetos cuja fonte de financiamento ainda não foi definida.

A Administração acredita que as premissas utilizadas para estimar os resultados financeiros da Companhia são prudentes, porém quaisquer mudanças no cenário macroeconômico podem ter impactos adversos na capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de curto prazo. Caso a geração de caixa da Companhia, juntamente com suas reservas de caixa atuais, não seja suficiente para financiar seus passivos de curto prazo, a Administração buscará antecipadamente apoio financeiro de seus principais acionistas ou outras formas de ingresso de capital. Em conclusão, com base no atual saldo de caixa da Companhia, e na expectativa da Administração em relação aos custos operacionais e à geração de caixa, a Administração possui expectativa razoável de que a Companhia irá manter a continuidade de suas atividades pelo menos pelos próximos 12 meses.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Demonstrações financeiras--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07(R1), emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 20 de agosto de 2026, a administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

b) Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional

De acordo com o CPC 02, os efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio, a moeda funcional é definida como moeda do ambiente econômico primário em que a entidade opera, ou seja, que efetivamente é o ambiente em que a entidade está inserida e a forma como é, de fato, administrada.

Analisando os fatores para determinação da moeda funcional, a Administração concluiu que a maior parte da Produção de Ferro da MMI será destinada ao Mercado de Exportação. Uma vez que o Minério de Ferro é determinado pelo Índice de Minério de Ferro (*Platts*) que é precificado em dólares americanos (incluindo multas, prêmios etc.) entende-se que a sua receita está predominantemente atrelada à moeda dólar.

Os indicadores primários e secundários avaliados pela Administração demonstram que o dólar refletirá melhor a moeda do principal ambiente em que a entidade opera.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

c) Moeda funcional--Continuação

No contexto operacional da Companhia, boa parte da produção de ferro foi destinada ao mercado externo. Adicionalmente, a Companhia possui um único comprador para 100% dos seus volumes de exportação. Os preços de venda do minério de ferro para o mercado externo são integralmente (incluindo multas, prêmios e etc.) determinados pelo Índice Internacional de Minério de Ferro ("*Platts*") em USD.

Com base no CPC 02 a MMI aplicou todos os procedimentos necessários à nova moeda funcional, prospectivamente, a partir da data da mudança, que foi 1º de janeiro de 2022.

Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como "Ajustes acumulados de conversão".

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contém um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros e operações de hedge--Continuação

Ativos financeiros

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ajustados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros derivativos

A operação com instrumentos financeiros derivativos, contratada pela Companhia, resume-se em “*Swap*”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial e debêntures emitidas pelo Banco Bradesco. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “*hedge*” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros e operações de hedge--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia designa o instrumento de “*hedge*” relacionado a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “*hedge*” de fluxo de caixa. No início da relação de “*hedge*”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “*hedge*” e o item objeto de “*hedge*” de acordo com o objetivo da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “*hedge*” e de maneira continuada, e documentam se o instrumento de “*hedge*” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “*hedge*”, atribuível ao risco sujeito a “*hedge*”.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos, financiamentos e debênture que possuem operações de *swap* são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros, variação cambial e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O imobilizado contém adiantamentos para prestação de serviços ou aquisições de itens de ativo fixo efetuado com base em contratos vigentes e são reclassificados para o devido grupo de contas quando os serviços ou equipamentos instalados estiverem aptos para sua utilização e geração de caixa.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear para parte civil, instalações e equipamentos administrativos, e método por unidade produzida para os equipamentos operacionais, levando em consideração a vida útil-econômica desses bens.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.4. Imobilizado--Continuação

Descomissionamento de ativos

No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e é depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Portanto, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente.

3.5. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.5. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros--Continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.7. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.7. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computados sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, e 9% para contribuição social. As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A Companhia é tributada através do regime de tributação do Lucro Real.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e saldos de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço, sendo o saldo mantido na extensão em que sua recuperação seja provável, com base nos lucros tributáveis futuros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Reforma Tributária Brasileira

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.7. Tributação--Continuação

Reforma Tributária Brasileira--Continuação

O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão avaliar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime antigo, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou eventual perda de direito creditório.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão atualmente analisando os potenciais impactos contábeis trazidos pela reforma, sem nenhuma manifestação formal até a presente data. Enquanto isso, as entidades devem monitorar os efeitos potenciais sobre suas demonstrações financeiras e divulgar nas notas explicativas as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

3.8. Provisões (incluindo contingências)

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar tal obrigação, com base em uma estimativa confiável do valor. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.8. Provisões (incluindo contingências)--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.9. Arrendamentos

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início de um contrato que é, ou contém um arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo. A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e/ou para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados utilizando a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação do Grupo. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva e é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa.

A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustada a realidade da Companhia. A taxa para as operações de arrendamento de equipamentos foi de 7,2% com vencimentos de 3 anos. As taxas reais (líquidas de inflação) foram obtidas por operações de financiamento para ativos destas classes por meio de sondagens nos bancos que atendem a Companhia.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.10. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando i) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; ii) todos os riscos e benefícios econômicos inerentes ao produto são transferidos para o comprador; iii) a Companhia não detém mais o controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que benefícios econômicos são gerados a favor da Companhia. As transações de exportação são 100% efetuadas entre partes e a transferência de propriedade ocorre no momento do embarque do navio (FOB Porto - ambiente alfandegado). O valor reconhecido reflete o valor que a Companhia espera ter direito em troca desses bens. Os contratos de vendas são avaliados para determinar o desempenho das obrigações, o preço da transação e o ponto em que ocorre a transferência do controle.

A receita é derivada das vendas de mercadorias e é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, após dedução de descontos, descontos por volume, imposto sobre valor agregado e outros impostos sobre vendas caso se apliquem.

As vendas de exportação são demonstradas pelo valor faturado com base em estimativas de preços futuros e pelo valor fixo para determinados contratos, de tal forma que o preço provisório seja a melhor estimativa de valor no momento da transação, ou seja, no momento do embarque.

As vendas com base em estimativas de preços futuros são marcadas a mercado em cada data de relato, usando o preço a prazo do período equivalente ao descrito no contrato. A receita de vendas com preços provisórios é reconhecida com o preço de mercado a termo quando o controle passa para o cliente e é classificado como receita de contratos com clientes.

As vendas com base no valor fixo são marcadas usando o preço e prazo equivalente ao descrito no contrato, e reconhecida quando o controle passa para o cliente.

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Itens relevantes sujeitos a julgamentos e estimativas são: vida útil do ativo imobilizado e intangível, perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para contingências.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

3.13. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são contratações de serviços portuários, venda de minério de ferro e empréstimos com acionistas e foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

i) **IAS 21 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis**

Em março de 2024, o IASB, emitiu emenda referente ao *Lack of Exchangeability*, que busca definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2025-- Continuação

ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2026

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

i) IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)). O IFRS 18 estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais específicos, e exige que as receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. Além disso, a norma demanda a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras.

Houve também alterações no IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)), que mudaram o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, além de remover a opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida, mas não no Brasil. A aplicação será retrospectiva, e a Companhia está avaliando os impactos nas demonstrações financeiras e notas explicativas.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2026-- Continuação

ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

iii) Alteração IFRS 9 - Divulgação de informações quantitativas para termos contratuais

Em maio de 2024, o IASB emitiu emendas à IFRS 9 relacionadas a ativos financeiros, estabelecendo que as entidades devem divulgar informações quantitativas, como uma faixa de possíveis alterações nos fluxos de caixa contratuais. Isso significa que as entidades precisam fornecer tanto informações qualitativas quanto quantitativas sobre os termos contratuais que possam impactar o valor desses fluxos de caixa. Por exemplo, devem ser divulgadas as possíveis variações nas taxas de juros contratuais decorrentes de eventos contingentes associados a metas de ESG (ambiental, social e governança). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	14.290	1.611
Aplicações financeiras	19.800	66.728
	34.090	68.339

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), debêntures compromissadas e Letras Financeiras remunerados até 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Estoques

	2025	2024
Almoxarifado	138.013	125.544
Produto acabado	11.737	14.350
Produto em processo	5.520	17.764
	155.270	157.658

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a avaliação de seus estoques, comparando-os aos preços de mercado, e concluiu não haver necessidade de constituir provisão para perdas em estoques de minério de ferro, seja por obsolescência ou por redução ao valor recuperável. Contudo, foi reconhecido o montante de R\$20.414 mil referente a perdas por umidade e perdas operacionais.

6. Impostos a recuperar

	2025	2024
<u>Circulante</u>		
IRRF sobre aplicações financeiras e derivativos (a)	12.786	9.868
PIS e COFINS (b)	44.558	58.938
	57.344	68.806
<u>Não circulante</u>		
ICMS a recuperar (c)	15.146	5.849
PIS e COFINS (b)	22.660	22.660
IRPJ antecipado (d)	28.867	18.971
	66.673	47.480
	124.017	116.286

- (a) O saldo referente ao crédito de imposto de renda retido na fonte (IRRF) é decorrente do imposto incidente sobre os resgates de aplicações financeiras e do recebimento das operações de Hedge.
- (b) O saldo referente aos créditos de PIS e de COFINS é decorrente da utilização de insumos, serviços e aquisição de ativo imobilizado alocados no processo produtivo da Companhia. Em 2025, esses créditos foram parcialmente compensados com imposto federais devidos no ano.
- (c) Os saldos de ICMS a recuperar se referem aos créditos decorrentes das aquisições de ativos imobilizados e operações correntes, os quais estão previstos para serem compensados através do aproveitamento do benefício da utilização dos créditos acumulados para aquisição de máquinas e equipamentos ligados a atividades de mineração. A Companhia tem a intenção de adquirir equipamentos usando créditos de ICMS, caso esta alternativa se mostre inviável ao longo do tempo, a Companhia ainda disporá da alternativa de vender o crédito a terceiros. Em 2025, a Companhia efetuou provisão para perda desses créditos no montante de R\$3.953mil.
- (d) Saldo de IRPJ e CSLL verificado ao final do ano calendário, após contrapor IRPJ e a CSLL antecipados com IRPJ e CSLL apurado ao final do ano calendário. Foi solicitado a restituição dos valores, porém, aguardamos análise da Receita Federal para liberação dos valores.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Despesas antecipadas

	2025	2024
Seguros diversos	12.572	113
Despesas logísticas	-	8.156
	12.572	8.269

8. Adiantamentos a terceiros

	2025	2024
Adiantamento para aquisição de terrenos para compensação ambiental (a)	10.918	10.918
Adiantamento a fornecedores	37	17.163
Adiantamentos a funcionários	331	391
	11.286	28.472

(a) Refere-se a aquisição de áreas que serão transferidas para o Governo do Estado de Minas Gerais como forma de compensação espeleológica e florestal. Considerando que a Companhia ainda detém legalmente a titularidade dos terrenos, foi registrado um ativo e um passivo, que será compensado assim que a documentação for finalizada. A Companhia tem a expectativa de transferir estas compensações até o fim de 2026.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

	Terreno	Máquinas e equipamentos	Instalações	Equipamentos de Informática	Imobilizado em andamento	Ativo Ambiental	Outros	Total
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.610	657.531	889.839	15.678	100.109	153.377	23.351	1.856.495
Adições	12.482	4.923	1.440	673	92.170	2.135	173	113.996
Baixas	(13.452)	(4.562)	-	(374)	(1.090)	-	(1.879)	(21.357)
Transferências	-	26.699	96.746	2.505	(126.738)	-	788	-
Efeito da conversão para Reais	(1.602)	(72.770)	(100.199)	(1.608)	(11.848)	(17.088)	(3.164)	(208.279)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.038	611.821	887.826	16.874	52.603	138.424	19.269	1.740.855
Depreciação Acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(49.766)	(44.521)	(6.966)	-	(20.408)	(7.279)	(128.940)
Depreciação	-	(33.455)	(38.159)	(3.864)	-	(16.059)	(2.474)	(94.011)
Baixas	-	-	-	202	-	-	-	202
Efeito da conversão para Reais	-	5.376	5.342	799	-	2.461	784	14.762
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(77.845)	(77.338)	(9.829)	-	(34.006)	(8.969)	(207.987)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	14.038	533.976	810.488	7.045	52.603	104.418	10.300	1.532.868
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.685	75.745	14.990	11.990	1.060.429	126.766	14.019	1.314.624
Adições	2.663	14.429	9.081	705	161.532	(8.765)	4.490	184.135
Baixas	-	(18.391)	(13)	(2.347)	(15.043)	-	(4.779)	(40.573)
Transferências	-	472.387	724.154	1.851	(1.202.819)	-	4.427	-
Efeito da conversão para Reais	3.262	113.361	141.627	3.479	96.010	35.376	5.194	398.309
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.610	657.531	889.839	15.678	100.109	153.377	23.351	1.856.495
Depreciação Acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(29.854)	(5.833)	(4.913)	-	-	(7.234)	(47.834)
Depreciação	-	(26.585)	(31.174)	(2.494)	-	(16.240)	(2.311)	(78.804)
Baixas	-	16.984	6	2.012	-	-	4.219	23.221
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito da conversão para Reais	-	(10.311)	(7.520)	(1.571)	-	(4.168)	(1.953)	(25.523)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(49.766)	(44.521)	(6.966)	-	(20.408)	(7.279)	(128.940)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	16.610	607.765	845.318	8.712	100.109	132.969	16.072	1.727.555

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

- (i) Em 2024, com o início do “*ramp-up*” da Usina de Tico-Tico os ativos foram transferidos de Imobilizado em andamento para máquinas e instalações. Ainda, em 2025, foram transferidos de imobilizado em andamento para instalações as obras civis de construção dos ponds que são reservatórios de água e rejeitos utilizados mediante a parada da Usina de beneficiamento, obras para disposição de estéril, bem como as benfeitorias e instalações complementares da Planta Tico-Tico. Os saldos pendentes de imobilizado em andamento constituem-se, principalmente, de investimentos realizados para o estudo e pesquisa do Projeto Compacto, construção do obras civis para instalação dos clarificadores produto e rejeito.
- (ii) Ativo ambiental se refere ao valor justo da provisão para descomissionamento da mina, ou seja, a melhor estimativa dos gastos para recuperação da área minerada. A amortização é realizada com base no volume produzido.

Depreciação e amortização

É constituída depreciação e amortização para todo o imobilizado com exceção de terrenos, que não são depreciados. As taxas de depreciação e amortização são baseadas na vida útil estimada dos bens ou com base nas unidades produzidas, como segue:

- Edificações e benfeitorias - 10 a 30 anos
- Instalações - 3 a 5 anos
- Máquinas e equipamentos - 2 a 10 anos
- Outros - 3 a 10 anos

Recuperabilidade do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a administração não identificou a existência de indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do seu valor recuperável, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos foi reconhecida.

10. Intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.215
Amortização do exercício	(2.790)
Efeito da conversão para reais	11.755
Saldo em 31 de dezembro de 2024	52.180
Amortização do exercício	(2.129)
Efeito da conversão para reais	(5.790)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	44.261

O intangível apresentado se refere ao direito de exploração mineral de Tico-Tico e processamento dos finos de Ipê, adquiridos pela Companhia.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

O intangível é amortizado ao longo do período de operação da planta Ipê e exploração/operação de Tico-Tico levando em consideração o volume operado em cada exercício.

Em 2022 a Companhia adquiriu três direitos minerários para futuras explorações, nos quais se encontram em processo de pesquisa a ser apresentado a ANM (Agência Nacional de Mineração) até 02 de fevereiro de 2026. Após tramitação do processo e aprovação dos órgãos competentes a Companhia solicitará a LO (licença de operação) e prazo estabelecido para exploração.

Direitos Minerários

Em 2022, a Companhia arrematou os direitos minerários listados abaixo, disponibilizados, pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Processo: 48054.832499/2022-31

Localizado em Brumadinho, possui Alvará de Pesquisa nº. 909 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a Companhia efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área.

Titularidade: Mineração Morro do Ipê

Substância: Minério de ferro

Tamanho: 52,52 hectares

Processo: 48054.832493/2022-64

Localizado nos municípios de Conselheiro Lafaiete / Itaverava / Santana dos Montes, possui Alvará de Pesquisa nº. 908 publicado pela ANM em 02/02/2023 com validade até 02/02/2026, período em que a efetuará pesquisas para avaliação do potencial da área.

Titularidade: Mineração Morro do Ipê

Substância: Minério de ferro

Tamanho: 305,08 hectares

Processo: 48054.832505/2022-51

Localizado no município de Mariana, está na fase de requerimento de pesquisa.

Titularidade: Mineração Morro do Ipê

Substância: Minério de ferro

Tamanho: 540,29 hectares

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

Recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil definida

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a administração não identificou a existência de indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do seu valor recuperável, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos foi reconhecida.

11. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de materiais (*)	22.800	22.719
Fornecedores de serviços (*)	32.312	68.838
Provisão de fornecedores (**)	49.534	59.499
	104.646	151.056

(*) Representado por fornecedores de giro da operação.

(**) Refere-se, principalmente, a transporte ferroviário e rodoviário.

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge

	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	2025	2024	2025	2024
<u>Debêntures emitidas em reais</u>				
Principal	1.020.915	120.665	-	603.335
Juros	34.818	5.276	-	-
Custo de transação	(22.036)	(1.327)	-	(5.263)
Variação Cambial	111	(1.283)	-	-
	1.033.808	123.331	-	598.072
<u>Nota de crédito em dólares americanos</u>				
Principal	152.500	152.500	-	-
Juros	4.115	12.063	-	-
Efeitos de conversão	17.364	39.671	-	-
	173.979	204.234	-	-
	1.207.787	327.565	-	598.072

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

O passivo circulante e não circulante refere-se à Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e captação de recursos através de nota de crédito à exportação (NCE). A 4ª Emissão de Debêntures no valor de R\$724.000 ocorreu em 15 de setembro de 2024, com integralização em 25 de setembro de 2024. As NCE's no montante de R\$152.500 foram contratadas em 6 de março de 2024 e 22 de março de 2024, respectivamente. Em 25 de abril de 2025 houve a liquidação antecipada da 3ª e 4ª Emissão de Debêntures e na mesma data ocorreu a integralização da 5ª Emissão de Debêntures no valor total de R\$1.020.915, sendo (i) R\$758.394 correspondentes às Debêntures da Primeira Série; e (ii) R\$262.521 correspondentes às Debêntures da Segunda Série. Em abril e maio de 2025 foram renegociadas as NCE's e seu vencimento foi prorrogado para maio de 2026.

Os recursos captados nas Notas de Crédito à Exportação foram utilizados para o reforço do caixa e capital de giro da Companhia. Já a totalidade dos recursos da emissão de debêntures tem a finalidade de ser aplicado conforme abaixo:

Debêntures emitidas

- (i) Ao investimento na expansão da produção total de minério de ferro da MMI, incluindo a construção de nova usina de beneficiamento de minério de ferro denominada Tico-Tico, de modo a ampliar a capacidade total de produção da Emissora de aproximadamente 2,8 milhões de toneladas por ano para aproximadamente 8,8 milhões de toneladas por ano no âmbito da exploração, pela MMI, das concessões de lavra na região de Serra Azul, Estado de Minas Gerais, relativas às Usinas de Tico-Tico com sua capacidade de beneficiar até 6,0 milhões de toneladas e Ipê com a capacidade de beneficiar até 2,8 milhões de toneladas e pagamento de sobrecustos na implantação do projeto;
- (ii) Ao pré-pagamento total das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública pelo rito de registro automático de distribuição, da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático de Distribuição, Destinada a Investidores Profissionais, da Mineração Morro do Ipê S.A.;" (b) À liquidação da "Nota de Negociação nº 20240911000227", contratada sob o amparo do "Contrato de Operações de Derivativos", em 11 de setembro de 2024; e (c) à liquidação da "Nota de Negociação nº 20250414000052", contratada sob o amparo do "Contrato de Operações de Derivativos", em 14 de abril de 2025;
- (iii) À realização ou reembolso dos investimentos relacionados à Expansão (conforme definido na Escritura); e
- (iv) Havendo recursos remanescentes após os pagamentos indicados nos itens acima, para propósitos corporativos gerais, incluindo, sem limitação, reforço de caixa e capital de giro da Companhia.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

As movimentações desses empréstimos e financiamentos são apresentadas abaixo:

				2025	2024
Saldo Inicial				925.637	756.100
Captação				1.020.915	876.500
Juros apropriados				173.038	100.964
Amortização de principal				(724.000)	(750.000)
Amortização de juros				(150.161)	(96.987)
Custo da transação				(19.676)	(6.152)
Amortização do custo da transação				3.009	6.608
Variação cambial				(20.975)	38.604
				1.207.787	925.637

				Saldo em	
Banco	Natureza	Indexador/juros	Vencimento	2025	2024
Bradesco	4ª Debêntures	100% DI + Spread 2,42% a.a.	15/09/2029	-	727.992
Bradesco	5ª Debêntures	100% DI + Spread 3,27% a.a.	20/04/2031	784.577	-
Bradesco	5ª Debêntures	100% DI + Spread 2,45% a.a.	20/04/2031	271.155	-
ITAU	NCE	11,70% a.a.	20/05/2026	62.976	133.129
ABC Brasil	NCE	10,90% a.a.	28/05/2026	111.003	71.106
				1.229.711	932.227
	Custos de transação			(21.924)	(6.590)
				1.207.787	925.637

Em abril de 2025 foi renegociada as Notas de Crédito à Exportação, sendo: (i) com o Banco ABC Brasil no valor de US\$10.665 mil equivalente a R\$52.500 na data da contratação, e (ii) com o Banco Itaú no valor de US\$20.161 mil equivalente a R\$100.000 ambas com vencimento em março de 2025, e prorrogadas para maio de 2026.

Em abril de 2025, foram emitidas R\$1.020.915 em debêntures simples, não-conversíveis em ações, pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), com vencimento em 6 anos a partir da data de emissão (20 de abril de 2031). Estas debêntures têm prazo de carência de juros de 3 meses e amortização de 15 meses a partir da data de emissão. A periodicidade de pagamento de juros e amortização é trimestral a partir do fim da carência, sendo a primeira parcela de juros devida em 20 de julho de 2025 e de amortização em 20 de julho de 2026.

Em abril de 2025 foram liquidadas R\$724.000 em debêntures simples, não-conversíveis em ações, pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), emitidas em setembro de 2024, com vencimento em 5 anos a partir da data de emissão (15 de setembro de 2029).

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2025	2024
Até 2 anos	475.895	472.440
De 2 a 3 anos	204.183	321.775
De 3 a 4 anos	204.183	120.673
Acima de 4 anos	306.275	-
	1.190.536	914.888
Juros	39.175	17.339
Custos de transação	(21.924)	(6.590)
	1.207.787	925.637
	2025	2024
Dívidas em US\$ - 10,9% até 11,7%	173.978	204.234
Dívidas em R\$ - 12,53% a 13,34%	1.055.733	727.993
	1.229.711	932.227
Custos de transação	(21.924)	(6.590)
	1.207.787	925.637

Os contratos de empréstimos e financiamentos da companhia são garantidos por alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis.

Cláusulas contratuais restritivas

Face aos contratos de financiamentos, há obrigações financeiras e não financeiras assumidas que devem ser cumpridas. Dentre elas, podem ser destacadas: (a) utilização da estruturação hierarquia (“*waterfall*”) de contas correntes; (b) composição e manutenção do saldo mínimo da Conta Reserva i) a partir de 21 de setembro de 2026 para pagamento da próxima parcela vincenda de principal e juros da 5ª Emissão, de forma que a partir de 1º de outubro de 2026 seja mantido o saldo mínimo; (c) após 31 de dezembro de 2025, manutenção do *covenant* de dívida líquida/Ebitda até 4,5; (d) após 31 de dezembro de 2026, manutenção do *covenant* de dívida líquida/Ebitda até 3,0 e de índice de cobertura da dívida (ICSD) acima de 1,5 e; (e) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava obrigada a cumprir a cláusula restritiva relacionada ao índice Dívida Financeira Líquida/EBITDA (“Índice Financeiro”). Entretanto, esse índice não foi atendido devido ao atraso no *ramp-up* do Projeto Tico-Tico, inicialmente previsto para conclusão em 2024 e posteriormente revisto para 2025. Em função de limitações operacionais ocorridas ao longo do período, a Companhia revisou a estimativa de conclusão do *ramp-up* para 2028.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Cláusulas contratuais restritivas--Continuação

Conforme previsto nos instrumentos de emissão, o descumprimento do *covenant* de Dívida Líquida/EBITDA - que deveria ser igual ou inferior a 4,50x, com base na demonstração financeira de 2025 - configura evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado, ainda que não automático, das obrigações das debêntures emitidas. Os Índices Financeiros são calculados conforme as regras estabelecidas no respectivo Instrumento de Emissão e utilizam as informações constantes destas demonstrações financeiras.

Embora a Companhia tenha obtido, em 10 de março de 2026, um “*waiver*” aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), no qual os credores e/ou o agente fiduciário declararam a inexistência de vencimento antecipado das debêntures, a Administração, em conformidade com o item 74 do Pronunciamento Técnico contábil (“CPC”) 26, reclassificou, na data do balanço, todo o saldo do passivo não circulante relacionado às debêntures (R\$901.010) para passivo circulante.

Essa reclassificação decorre da orientação contida no item 74 do CPC 26, segundo a qual deve ser classificado como circulante quando a entidade não possui, na data do balanço, o direito incondicional de adiar sua liquidação por pelo menos doze meses após essa data, ou seja, se existe qualquer condição contratual que possa permitir ao credor exigir o pagamento dentro de doze meses - mesmo que isso dependa de eventos como descumprimento de “*covenants*” - o passivo deve ser apresentado como circulante.

	2025	Reclassificação	2025
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	306.777	901.010	1.207.787
	306.777	901.010	1.207.787
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	901.010	(901.010)	-
	901.010	(901.010)	-

Em razão da aprovação do “*waiver*” em 10 de março de 2026, a Companhia reclassificará em 2026 o montante de R\$901.010 para o passivo não circulante, restabelecendo a classificação original, uma vez que o risco de vencimento antecipado foi formalmente afastado pelos credores.

Os demais “*covenants*” deverão ser atendidos a partir de janeiro de 2026, considerando as regras, prazo para cumprimento, e períodos de medição de cada *covenant* individualmente, além da manutenção do caixa em conta garantida.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Instrumento de hedge

	2025	2024
Derivativos designados como instrumento de hedge		
<u>Swap de proteção cambial</u>		
Ativo circulante	69.014	27.487
Ativo não circulante	29.224	2.670
Total de operações com derivativos	98.238	30.157
Passivo não circulante	75.565	43.187
Posição (ativa)/passiva de hedge accounting	22.673	(13.030)

Alinhado à gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em abril de 2025 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da 5ª emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa. As Notas de Negociação de Operação de Swap possuem início de vigência *pari passu* com a integralização da 5ª Emissão de Debêntures, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações previstas em contrato, 3ª e 4ª Emissão de Debentures, liquidadas em abril de 2025. A 5ª Emissão de Debentures teve início em 25 de abril de 2025. O instrumento de endividamento gerou uma exposição cambial em relação a moeda Real e exposição ao indexador de juros CDI.

Desta forma, na mesma data de assinatura da Escritura foi contratado também o swap com Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") com data de início programada para a mesma data de emissão das debêntures, isto é 25 de abril de 2025. O instrumento, que é classificado como *hedge* de fluxo de caixa possui as seguintes características:

5ª Emissão de Debêntures - 1ª Série:

(a) Ponta ativa da MMI ou Ponta passiva do banco:

- Valor nominal: R\$758.394.000,00
- Indexador do fluxo de caixa dos juros: CDI + 3,27% ao ano
- Base: 252 (exponencial)

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Instrumento de hedge--Continuação

5ª Emissão de Debêntures - 1ª Série--Continuação

(b) Ponta passiva da MMI ou Ponta ativa do banco:

- Taxa de câmbio de conversão para dólares: R\$5,8338
- Valor nominal: US\$130.000.000,00
- Indexador do fluxo de caixa dos juros: 9,82% ao ano
- Base: 360 (linear)

5ª Emissão de Debêntures - 2ª Série:

(a) Ponta ativa da MMI ou Ponta passiva do banco:

- Valor nominal: R\$262.521.000,00
- Indexador do fluxo de caixa dos juros: CDI + 2,45% ao ano
- Base: 252 (exponencial)

(b) Ponta passiva da MMI ou Ponta ativa do banco:

- Taxa de câmbio de conversão para dólares: R\$5,8338
- Valor nominal: US\$45.000.000,00
- Indexador do fluxo de caixa dos juros: 8,52% ao ano
- Base: 360 (linear)

Assim, o instrumento derivativo de *swap* permite que a Companhia receba do banco o ajuste equivalente à variação cambial e juros em caso de ajuste positivo. Por outro lado, para o ajuste negativo, a Companhia deverá pagar ao banco o equivalente à variação cambial e juros.

O valor do ajuste positivo ou negativo é creditado ou debitado em uma conta corrente vinculada da Companhia destinada para liquidações dos ajustes dos *swaps*.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e operação de hedge--Continuação

Instrumento de hedge--Continuação

Com a contratação do instrumento derivativo, a exposição cambial deixa de existir, passando o valor total devido de principal e juros denominados em Reais para Dólares, que é a moeda funcional da MMI. A exposição ao CDI também passa a ser nula, já que a taxa de juros a pagar passa a ser fixa sem indexação a qualquer índice. As operações compartilham *pari passu* as garantias que as debêntures dispõem: alienação fiduciária das ações da Companhia, de seus bens e equipamentos e do fluxo de caixa de recebíveis reais e de recebíveis da MMI. Os instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações reconhecidas em resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos pelo valor justo na data da celebração dos contratos e são, subsequentemente, remensurados ao seu respectivo valor justo. Quando este for positivo, será registrado como ativo financeiro, e quando for negativo, passivo financeiro. O valor justo é composto pela soma dos fluxos de caixa projetados para as curvas ativas e passivas, descontados a valor presente. Para projeções foram utilizadas as curvas futuras de DI e de conversão de Dólares para Reais disponível na B3. Como contrapartida, até que as projeções se realizem, o valor justo integra o patrimônio líquido da Companhia, conforme disposto abaixo:

	Reserva de hedge de fluxo de caixa
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.030
Swap	(35.703)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(22.673)

Os montantes classificados no ativo circulante e não circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido possuem o seguinte cronograma projetado de pagamento:

Ano de vencimento	2025	2024
2025	-	4.258
2026	69.014	(281)
2027	29.224	(4.243)
2028	(1.743)	(6.703)
2029	(18.528)	(6.061)
2030	(34.022)	-
2031	(21.272)	-
Total	22.673	(13.030)

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

13. Partes relacionadas

A parte relacionada Porto Sudeste Exportação é o principal cliente da Companhia correspondendo aproximadamente 99% do total das vendas em 31 de dezembro de 2025. As transações comerciais entre as partes refletem as condições de mercado. O montante a receber refere-se integralmente a exportação de minério de ferro, conforme preço da *commodity* e fixo definido em contrato, corrigido pelas flutuações de prêmio e penalidades da *commodity* entre o embarque e 60 dias após o embarque. Nesse sentido 80% do montante da venda é recebido na data do embarque com o valor corrigido por atualizações de preço de prêmio e penalidades entre a data de encerramento do exercício e a data de vencimento da fatura, de forma a registrar sua efetiva expectativa de recebimento dos saldos. Em 2025, as contas a receber com a Porto Sudeste Exportação está apresentado líquido do adiantamento representado no contas a pagar.

Não há juros incidentes sobre contas a receber de clientes, pois os prazos para pagamentos são respeitados pelos clientes conforme estabelecidos em contratos de venda a preço futuro.

	Contas a pagar	
	2025	2024
Porto Sudeste (a)	864.401	541.419
Trafigura PTE (b)	38.657	43.505
Porto Sudeste Exportação (c)	149.281	108.449
	1.052.339	693.373
	Empréstimos com sócios	
	2025	2024
SHL Trafigura (d)	71.781	75.617
SHL EAV LUX (d)	71.769	75.603
	143.550	151.220
Curto prazo	149.281	151.954
Longo prazo	1.046.608	692.639

(a) A Mineração Morro do Ipê ("MMI") possui valores em aberto referentes à prestação de serviços portuários realizados pelo Porto Sudeste, totalizando R\$864.401 em 31 de dezembro de 2025. Esses valores encontram-se em atraso em função das restrições de caixa decorrentes do atraso do ramp-up da nova usina Tico-Tico, dedicada à produção de minério de ferro de alta qualidade e destinado integralmente à exportação via Porto Sudeste. Os juros incidentes estão sendo calculados conforme previsto no contrato vigente de serviços portuários, com taxa de 10%+ SOFR a.a. em 2025. A conclusão da fase de ramp-up está prevista para 2028, momento em que está programado o início da liquidação dos saldos em aberto. Foi realizada a revisão da tarifa portuária, ajustando-a a níveis mais próximos dos outros clientes do Porto Sudeste do Brasil S.A.. Além disso, foi alterada a taxa de juros aplicável sobre os saldos de tarifas portuárias que permanecerem em atraso até 31/12/2025, eliminando o spread de 10% a.a. então incidente sobre a SOFR. Ambas as mudanças passam a vigorar a partir de 01/01/2026. A previsão conjunta entre as partes é de que a liquidação total dos valores ocorra em um prazo de cinco anos, com possibilidade de antecipação caso o cenário de preços de mercado seja mais favorável do que o atual.

(b) A Trafigura PTE até junho de 2024 efetuou intermediação das vendas do minério produzido pela MMI. Como contrapartida a MMI paga um percentual específico sobre as vendas efetuadas no mercado externo a título de agenciamento. A liquidação deste montante ocorrerá após a finalização do *ramp-up* de Tico-Tico.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

13. Partes relacionadas--Continuação

- (c) A Porto Sudeste Exportação é o cliente preponderantemente exportador com prazo médio de pagamento de 3 meses, e realizou antecipação dos pagamentos a título de adiantamento até que seja concluído o cálculo do preço final do minério de ferro embarcado.
- (d) Empréstimos contraídos em dólar a uma taxa fixa de 7% ao ano junto a partes relacionadas, com vencimento do principal e dos juros em dezembro de 2028. Os pagamentos estão previstos até agosto de 2028, condicionados à disponibilidade de caixa.

Abaixo, segue o cronograma de pagamentos.

	2025
Ano de vencimento	
Até 1 ano	-
De 2 a 3 anos	41.088
De 4 a 5 anos	581.411
Acima de 5 anos	241.902
	<u>864.401</u>

Remuneração do pessoal-chave

Em 2025, a Companhia efetuou pagamentos a título de remuneração aos administradores-chave no montante de R\$4.154 (R\$4.017 em 31 de dezembro de 2024).

14. Impostos a recolher

	2025	2024
ICMS	1.094	965
PIS e COFINS	351	418
ISS	1.552	1.548
CFEM	7.005	2.946
INSS retidos	697	849
IRRF s/salários	1.656	1.529
Tributos s/importação	129	129
TFRM	699	491
Outros	121	102
	<u>13.304</u>	<u>8.977</u>

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	2024
Salários a pagar	71	69
INSS a recolher	2.412	3.894
FGTS a recolher	893	711
Provisão férias e encargos	10.976	10.465
Participação nos resultados (a)	15.092	-
	29.444	15.139

(a) Em 2025, a Administração optou por manter a provisão referente ao pagamento do PRR. Apesar dos desafios enfrentados no *ramp-up* da nova usina de beneficiamento, o ano de 2025 apresentou melhora no desempenho operacional, o que reforçou a decisão de manutenção da provisão.

16. Obrigações com terceiros

	2025	2024
Circulante		
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a)	1.899	3.207
TCCF (Termo de Compromisso de Compensação Florestal) (b)	10.918	10.918
	12.817	14.125
Não Circulante		
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) (a)	791	2.690
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) das chuvas (c)	582	961
TAC (Barragens B1, B1 auxiliar e B2 Ipê) (d)	2.922	3.543
	4.295	7.194
	17.112	21.319

- (a) Refere-se a indenização e a adoção de medidas de controle e proteção das cavidades naturais subterrâneas propostas para compensação espeleológica em virtude dos danos causados às 53 cavidades naturais subterrâneas, localizadas na ADA da Mina Tico-Tico, nos municípios de Brumadinho, Igarapé e São Joaquim de Bicas, conforme determina o Decreto Estadual nº 47.041/2016. Valor será pago em 60 parcelas. Em agosto de 2024 as parcelas restantes foram renegociadas e divididas em 34 parcelas.
- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Florestal que estabelece a medida compensatória de natureza florestal prevista nos arts. 17 e 32 da Lei Federal nº 11.428/2006 c/c artigos 26 e 27 do Decreto nº 6.660/2008, em decorrência da intervenção em vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica, conforme apurado nos autos do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, PA COPAM nº 37478/2016/031/2018, cujo parecer único de compensação Florestal - SUPPRI_02/2019, obteve a chancela e aprovação na 31ª Reunião Extraordinária da Câmara Temática de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas - CPB, realizada em 08/05/2019. Este montante reflete o valor dos terrenos que serão transferidos para o Governo do Estado de Minas Gerais como forma de compensação espeleológica e florestal.
- (c) Refere-se a Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público em 3 de novembro de 2022 que visa a solução consensual do que restou apurado no Inquérito Civil nº 0301.19.000510-0 que ficou extinto e foi arquivado mediante a celebração do TAC, a título de compensação pelos danos ambientais em virtude das fortes chuvas de janeiro de 2022.
- (d) Refere-se a Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público Estadual e Federal, FEAM e SEMAD em 24 de fevereiro de 2022 que visa a adoção de medidas para adequação da Ipê (Minas Ipê e Tico-Tico) ao que dispõe a Lei Estadual nº 23.291/2019, mediante fixação de medidas necessárias para a descaracterização das barragens B1 Auxiliar - Mina Tico-Tico, B2 - Mina Tico-Tico e B1 - Mina Ipê, com a estipulação de formas para reparação e compensação por danos morais coletivos decorrentes dos descumprimentos do prazo legal para a descaracterização das estruturas.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

17. Provisões de contingências

	2025	2024
Depósitos judiciais		
Trabalhistas	749	266
Cíveis	7.709	7.350
	8.458	7.616
Provisões contingenciais	2025	2024
Causas trabalhistas	3.740	1.388
Causas de riscos cíveis	2.367	2.249
Causas ambientais	1.957	1.947
	8.064	5.584

Trabalhistas

Provisões referentes a ações envolvendo ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviço através das quais pleiteiam-se verbas trabalhistas e previdenciárias diversas de 2019 a 2025, no montante atualizado de R\$3.740 (R\$1.388 em 2024).

Cíveis

Em setembro de 2020, a Companhia ajuizou ação de constituição de servidão de mina em face dos coproprietários da propriedade, matrícula 8920, requerendo que seja deferida a tutela de urgência para que fosse constituída a posse da Companhia no restante da gleba de 58,72ha pertencente aos coproprietários, com a finalidade de exercer atividade minerária. Em vistas ao deferimento da liminar e a imediata imissão provisória na posse da área serviente, a Companhia realizou o depósito prévio da quantia de R\$1.726 a título de indenização pela ocupação no terreno. A ação foi classificada como de “perda provável” conforme classificação de êxito pelos respectivos assessores legais. O montante atualizado é em 2025 é de R\$2.367 (R\$2.249 em 2024).

Ambiental

Em março de 2022, a Companhia foi autuada através do auto de infração nº 000718/2022 lavrado pela Secretária de Meio Ambiente de Igarapé por suposto lançamento irregular de efluentes contendo minério de ferro no Córrego Olaria, em decorrência das fortes chuvas ocorridas na região referente ao mês de janeiro de 2022. A Companhia apresentou defesa administrativa em face do referido Auto de Infração. Entretanto, em agosto de 2022, foi celebrado, entre o Município de Igarapé e a Companhia, Termo de Compromisso Ambiental - TCA, estabelecendo a suspensão da referida autuação até a conclusão do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) previsto no TCA, com a consequente extinção da autuação até a conclusão do projeto. A autuação foi classificada como de “perda provável” conforme classificação de êxito pelos respectivos assessores legais. Em 2025, o valor provisionado é R\$1.281.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

17. Provisões de contingências--Continuação

Ambiental--Continuação

Em março de 2022, a Companhia foi autuada através do auto de infração nº 289034/2022 lavrado pela Secretária de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais em razão de supressão de vegetação nativa própria do bioma Mata Atlântica e ocorrência de deslizamentos de encosta em área do empreendimento. A autuação foi classificada como “perda provável” conforme classificação dos respectivos assessores legais. A Companhia apresentou defesa administrativa em face do referido Auto de Infração e aguarda análise da defesa por parte do Estado. Em 2025, o valor provisionado é de R\$329.

Provisões referente a outros processos diversos da ANM e SUPRAM. Em 2025 o montante atualizado é de R\$347.

Contingências possíveis

Durante o ano de 2025, foram ajuizadas em face da Companhia 7 novas ações indenizatórias iniciadas por moradores das comunidades que residem perto das barragens que compõem o complexo minerário da Companhia. O somatório total de ações indenizatórias em desfavor da Companhia é de 127 ações, ajuizadas desde 2022. As referidas ações pleiteiam indenizações principalmente alegando: (a) supostos danos morais e psicológicos em vista da proximidade com as barragens e inclusão na Zona de Autossalvamento - (ZAS) de tais estruturas; (b) suposta desvalorização dos respectivos imóveis por conta das chuvas ocorridas em janeiro de 2022.

Tais ações são classificadas como “perda possível”, conforme classificação realizada pelos respectivos assessores legais, referente as ações ajuizadas apenas em 2024 envolvem o montante aproximado de R\$2.507. Em relação ao somatório total de ações, envolve o montante aproximado de R\$25.670. Já foram proferidas 94 (noventa e quatro) sentenças de improcedência dessas ações em primeira instância nas quais 3 dessas ações transitaram em julgado em favor a MMI.

Em dezembro de 2024, a Companhia foi autuada pela Secretária de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais em razão de dano ambiental decorrente de lançamento de efluente que assoreou e alterou a qualidade das águas do Córrego Grande e do sistema Rio Manso, além da não comunicação ao NEA pelo suposto acidente com o valor estimado de R\$1.500. A autuação foi classificada como “perda possível” conforme classificação dos respectivos assessores legais. A Companhia apresentou defesa administrativa em face do referido Auto de Infração e aguarda análise da defesa por parte do Estado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

17. Provisões de contingências--Continuação

Contingências possíveis--Continuação

Em novembro de 2023, foi ajuizada uma ação cautelar com medida liminar solicitando que a Companhia reservasse fisicamente 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil) toneladas de minério do tipo *sinter feed* em favor do autor, por suposta obrigação contratual firmada entre a AVG e EMICON. A ação foi classificada como de “perda possível” conforme classificação dos respectivos assessores legais. Esta causa, tem o valor fixado em R\$8.762. Foi deferida liminar em desfavor da Companhia, mas posteriormente em 2025, foi proferida sentença em primeira instância reconhecendo a alegação da MMI de prescrição decenal da pretensão e julgando extinto o processo com resolução do mérito. Aguarda-se o julgamento do recurso na segunda instância.

Em abril de 2023, a MMI entrou com uma ação de servidão minerária contra uma mineradora vizinha, para imissão na posse da área está localizada a adutora da MMI. Em primeira instância o juízo concedeu a liminar em favor da MMI, porém a mineradora vizinha interpôs agravo de instrumento e foi proferida decisão monocrática revogando a liminar. A MMI então interpôs agravo interno em face dessa decisão e, paralelamente, iniciou negociações comerciais com a mineradora. A autuação foi classificada como “perda possível” conforme classificação dos respectivos assessores legais e tem como montante o valor de R\$5.210.

Existem outros processos administrativos e judiciais avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de probabilidade de perda possível no montante aproximado de R\$27.393 em 31 de dezembro de 2025 (R\$29.686 em 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

18. Provisão para descomissionamento de ativos

A Companhia está sujeita as regulamentações, que preveem a obrigação de descomissionar os ativos em que opera ao término de sua vida útil. Estas obrigações são regulamentadas pela ANM no âmbito federal e por órgãos ambientais nos âmbitos estaduais. Dentre os requerimentos, os planos de descomissionamento devem considerar a estabilidade física, química e biológica das áreas e ações de pós fechamento pelo período necessário para verificar a eficácia das medidas adotadas de descomissionamento. Essas obrigações estão provisionadas e estão sujeitas a estimativas e premissas críticas aplicadas na mensuração dos custos pela Companhia.

Adicionalmente, a implementação de ações de uso futuro, após o término do descomissionamento, não está prevista em lei. Contudo, a Companhia está estudando uma governança que avalie possibilidades de uso futuro, tendo em vista as aptidões, a intenção de uso pós-operacional, desenvolvimento socioeconômico da comunidade e as características dos meios físico e biótico de cada localidade onde a Companhia opera. Eventuais compromissos futuros, se assumidos pela Companhia, poderão resultar em impacto material no valor da provisão.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

18. Provisão para descomissionamento de ativos--Continuação

É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de cada mina. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor provisionado. Então, a Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas aos custos de encerramento da mina como uma estimativa contábil crítica e as revisa anualmente.

No reconhecimento da provisão de desmobilização de ativos e passivos ambientais, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e depreciado pela vida útil dos ativos minerários correspondentes. O passivo de longo prazo é descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado.

A provisão para descomissionamento de ativos se refere a gastos com desmobilização e reestruturação das atividades e reabilitação das áreas pesquisadas, mineradas e degradadas e o encerramento das atividades da Companhia. Estas provisões foram constituídas com base nas estimativas dos fluxos de desembolsos da Companhia levando em consideração a vida útil da Mina. Em 2025, a Companhia atualizou os custos com base no seu novo plano de negócio considerando o projeto compacto que estende a vida útil da mina para 2064 e reavaliou a taxa de desconto alterando-a de 8,35% a.a. para 9,49% a.a.

As movimentações da provisão para desmobilização de ativos são apresentadas abaixo:

Saldo em 31 de dezembro 2023	129.033
Revisão de estimativas e complemento de provisão	1.261
Desembolsos (*)	(11.383)
Atualização monetária e ajuste ao valor presente	(8.784)
Saldo em 31 de dezembro 2024	110.127
Revisão de estimativas e complemento de provisão	190.261
Desembolsos (*)	(15.641)
Atualização monetária e ajuste ao valor presente	(186.178)
Saldo em 31 de dezembro 2025	98.569

(*) Desembolsos referente a gastos com a descaracterização das barragens.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido

Capital social

O Capital Social abrange não só as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela sociedade e que, por decisões dos proprietários, se incorporam ao Capital Social, representando uma espécie de renúncia a sua distribuição na forma de dinheiro ou de outros bens.

Em 19 de novembro de 2024 a Companhia por meio da Assembleia Geral Extraordinária decidiu realizar novo aumento de capital social no montante de R\$172.500, totalizando um capital social de R\$835.937, dividido em 607.988.416 ações ordinárias nominativas.

Swap Perda/Ganho (Hedge de fluxo de caixa)

A Companhia contratou operações de *hedge* para proteger seu fluxo de caixa contra o risco de mercado relacionado à sua dívida atribuída ao investimento em sua nova planta operacional, principalmente o risco cambial. A operação de *hedge* cobre grande parte da dívida em reais, e são utilizadas operações de swap e a termo para converter a dívida financeira em reais para dólares americanos, buscando fluxos semelhantes ao da dívida financeira de acordo com as condições de liquidez de mercado.

Alinhado à gestão de riscos da MMI e sua moeda funcional, por interesse da MMI e do Bradesco BBI, em abril de 2025 quando assinaram o documento de termos e condições gerais da emissão das debêntures, acordaram que a integralidade do valor de emissão, bem como todo fluxo de caixa do serviço da dívida (pagamentos de amortizações e juros) seriam convertidos para dólares-americanos a uma taxa fixa por meio da contratação de um instrumento financeiro derivativo, o swap cambial e de fluxo de caixa. As Notas de Negociação de Operação de Swap possuem início de vigência *pari passu* com a integralização da 5ª Emissão de Debêntures, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações previstas em contrato, ou seja, com início em 20 de julho de 2025 e de amortização em 20 de julho de 2026.

Ajustes acumulados de conversão

Seguindo os fatores de determinação explícitos no CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das demonstrações financeiras a Administração definiu como moeda funcional da Companhia o Dólar norte americano, que melhor reflete o ambiente econômico na qual está inserida e forma como é, de fato, administrada. As variações cambiais resultantes da conversão de ativos, passivos e resultado da moeda funcional para a moeda de apresentação estão registradas nessa conta.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

20. Receita de vendas, líquida

	2025	2024
<u>Receita bruta</u>		
Venda de minério mercado externo	-	498.057
Venda de minério mercado interno (*)	1.282.281	475.893
	1.282.281	973.950
<u>Deduções da receita</u>		
ICMS	-	(3)
PIS	(157)	(758)
COFINS	(724)	(3.491)
	(881)	(4.252)
Receita de vendas, líquida	1.281.400	969.698

(*) Em junho de 2024, a Administração efetuou um novo contrato com a Porto Sudeste Exportação S/A, empresa com domicílio tributário no mercado interno.

A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado. Em alguns casos, o preço de venda para mercado externo é determinado provisoriamente na data da transação, ou seja, na data do embarque, sendo os ajustes subsequentes baseados nas variações dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final e para alguns contratos o preço é fixo.

21. Custo dos produtos vendidos

	2025	2024
Custos logísticos (a)	(620.787)	(734.878)
Insumos (b)	(175.458)	(131.361)
Pessoal (b)	(104.657)	(101.207)
Depreciação e amortização	(91.945)	(73.661)
Energia elétrica (c)	(35.475)	(28.631)
Royalties	(66.923)	(72.981)
Combustíveis	(44.711)	(41.570)
Serviços / Manutenção e reparos	(300.091)	(306.824)
Taxas e contribuições sobre atividades minerárias	(52.272)	(43.424)
Provisão e perda de estoques	(20.414)	(39.175)
Outros	(12.042)	(12.293)
	(1.524.775)	(1.586.005)

(a) Em 2025 os custos logísticos reduziram em consequência do menor volume de venda comparado a 2024.

(b) Dando continuidade ao *ramp-up* da operação de Tico-Tico, com a implementação de uma nova rota de processos - incluindo etapas de flotação, concentração e demais tratamentos - e com o consequente aumento do volume de produção de *pellet feed*, houve elevação no consumo de insumos e nos gastos com pessoal.

(c) Em 2025, houve um aumento no custo de energia elétrica, reflexo tanto do reajuste na tarifa média quanto do maior volume de produção de *pellet feed*, cujo processo produtivo apresenta maior demanda por energia elétrica.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

22. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Pessoal (a)	(58.740)	(35.168)
Serviços de terceiros (b)	(39.333)	(38.594)
Depreciação e amortização	(2.988)	(4.327)
Aluguéis	(3.635)	(2.193)
Outras	(5.775)	(2.150)
	(110.471)	(82.432)

- (a) O aumento das despesas com pessoal está relacionado ao reconhecimento dos gastos com PPR referente ao exercício de 2024, acrescido da constituição da provisão para o PPR de 2025.
- (b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos de serviços relacionados com consultores jurídicos, financeiros, administrativos, manutenção de sistemas, segurança e limpeza.

23. Outros resultados operacionais

	2025	2024
Geotecnia	(22.430)	(14.357)
TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) - chuvas (a)	(65)	(5.910)
Perda crédito tributário	(3.953)	(4.648)
Ganho/(perda) na venda de ativo imobilizado	2.758	(17.352)
Venda de Sucata	-	1.389
Outros	(2.171)	(1.008)
	(25.861)	(41.886)

- (a) Refere-se ao Termo de Ajustamento de Conduta descrito na Nota 16 (c).

24. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	11.367	9.673
Variação cambial ativa (a)	173.858	325.110
Ganho em operação de hedge	6.765	-
Outros	598	2.116
	192.588	336.899
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos (b)	(172.985)	(100.964)
Juros partes relacionadas	(104.742)	(54.277)
Outros juros	(3.183)	(3.830)
Custos de transação	(8.555)	(6.608)
Perda em operação de hedge (c)	-	(30.372)
Variação cambial passiva (a)	(339.419)	(46.467)
Taxas bancárias	(1.143)	(93)
Outras despesas financeiras	(1.514)	(1.388)
	(631.541)	(243.999)
Resultado financeiro	(438.953)	92.900

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

24. Resultado financeiro--Continuação

- (a) Efeito da conversão da moeda estrangeira para a moeda funcional dólar para os itens monetários que são apresentados em Reais pela taxa média do ano.
- (b) Despesa com juros sobre debêntures e empréstimos no exterior.
- (c) Em 2025, a Companhia incorreu em um ganho líquido no seu instrumento financeiro derivativo no montante de R\$6.765, enquanto no ano de 2024 incorreu em uma perda líquida de R\$30.372, ocasionado devido a sua liquidação antecipada no montante de R\$65.463.

25. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Impostos diferidos ativos (passivos)		
Prejuízos fiscais	419.540	262.389
Base negativa de contribuição social	151.034	94.460
Provisão participação dos lucros	4.911	-
Provisão para contingências ambientais	2.742	1.876
Provisão de vendas a terceiros - externo a faturar	(13.793)	(9.468)
Provisão para perda de estoque	936	317
Provisão para perda de crédito tributário	4.317	2.982
Descomissionamento Fechamento de Mina	2.213	1.056
Atualização depósito judicial	(356)	(233)
Descomissionamento Barragem	(1.152)	596
Atualização ARO	1.085	422
IFRS 16	77	79
Juros sobre debêntures	(41.540)	(43.584)
Rendimento Aplicação Financeira sobre debêntures	11.077	11.622
Variação cambial	9.045	23.937
Outros	291	-
	550.427	346.451
Provisão para perda de IR e CS diferidos	(109.629)	-
	440.798	346.451
Efeito oriundo da mudança de moeda funcional (a)	27.217	100.664

- (a) Considerando o fato de a Companhia ter alterado sua moeda funcional para o dólar norte-americano em 2022 a desvalorização do dólar norte-americano frente ao real em 2024 e 2025, a base tributária do imobilizado e do intangível foi significativamente superior à respectiva base contábil, gerando assim um imposto diferido ativo. Visto que se trata de um imposto diferido contábil, a Companhia optou por não reconhecer o ativo fiscal diferido pois não espera que seja realizado no médio prazo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A estimativa da Companhia é de realizar o saldo de diferido ativo no período aproximado de 15 anos.

A expectativa de realização desses impostos diferidos ativos, atualizados pelas diferenças temporárias ocorridas até 31 de dezembro de 2025, conforme estudo apresentado pela Administração da Companhia está demonstrado conforme a seguir:

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Ano	2025
Até 1 ano	-
2 a 3 anos	21.115
4 a 5 anos	105.627
5 a 15 anos	314.056
	<u>440.798</u>

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas nominais versus a despesa registrada no exercício

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	31
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(94.347)	(335.972)
	<u>(94.347)</u>	<u>(335.941)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(818.660)	(647.725)
Alíquota fiscal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>278.344</u>	<u>220.227</u>
Reconciliação da alíquota efetiva		
Variação cambial	(14.892)	22.900
Participação nos resultados	4.911	(3.525)
Provisão para contingências	866	120
Provisão de venda - mercado externo	(4.326)	15.122
Juros sobre debentures	2.044	1.845
Rendimento aplicação financeira sobre debentures	(545)	(492)
Provisão para perda de crédito tributário	1.335	377
Provisão para perda de estoque	641	16
Ajuste conversão do balanço em moeda funcional	(473.434)	(594.719)
Descomissionamento amortização Fechamento Mina	1.158	1.056
Descomissionamento amortização Barragem	(1.748)	596
Descomissionamento ajuste a valor presente	662	422
Outros	1.008	114
Provisão para perda de IR e CS diferidos	109.629	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos do período	<u>(94.347)</u>	<u>(335.941)</u>

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua operações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

A Companhia está exposta a uma variedade de riscos e incertezas que podem ter um impacto financeiro. Dentre eles, os principais são o risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juros e o risco de moeda estrangeira e risco de mercado. Esses riscos decorrem das exposições ocorridas no curso normal dos negócios e são monitorados pela Administração com o objetivo geral de minimizar os efeitos adversos do desempenho financeiro da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte dos ativos e passivos financeiros da Companhia e subsidiárias tem seu valor justo similar ao valor contábil, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar e a receber.

a) Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (*commodities*), taxas de câmbio e de juros.

i) *Risco de preço*

Paras as vendas realizadas com base no preço da commodity a Companhia recebe, no momento do embarque, 80% do valor referente à venda considerando o preço da commodity na data da venda. Adicionalmente, o valor remanescente é corrigido pelas flutuações do preço da commodity considerando um prazo de 60 dias da data do embarque. Nesse sentido, os montantes a receber pela Companhia consideram uma expectativa de variação do preço até a data de vencimento das faturas.

Dessa forma, a Administração entende que possíveis variações de preço já estão refletidas nos saldos registrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

ii) *Risco cambial*

O principal objetivo da Companhia é o de produzir minério de ferro, que é geralmente cotado em Dólares norte-americanos. A maior parte de seus saldos de captação de recursos e caixa também é denominada em Dólar norte-americano. Uma parte dos custos da Companhia é incorrida em Reais. Consequentemente, os resultados financeiros da Companhia podem ser afetados pelas variações na taxa de câmbio entre o Dólar norte-americano e o Real. A exposição cambial está atrelada aos saldos de empréstimos captados em dólar americano (USD) no montante de R\$173.978 (R\$204.234 em 2024).

Uma queda de 25% e 50% na taxa de câmbio resultaria em ganhos cambiais em 2025 de R\$43.495 e R\$86.989, respectivamente.

b) Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado nos respectivos vencimentos.

As disponibilidades são suficientes para honrar as despesas operacionais ao longo dos próximos 90 dias. Além disso, há que se considerar a geração de caixa oriunda das operações de venda de minério de ferro.

c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa. Para mitigar os riscos, a Mineração Morro do Ipê adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 e 3 em dezembro de 2025 e 2024. Entretanto, possui instrumento mensurável ao valor justo no Demonstrativo de Resultado Abrangente classificado como Nível 2.

	2025	2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e bancos (nível 2)	14.290	1.611
Aplicações financeiras (nível 2)	19.800	66.728
	34.090	68.339
Valor justo por meio de resultados abrangentes		
Operações com derivativos (nível 2)	98.238	30.157
	98.238	30.157
Passivos financeiros		
Valor justo por meio de resultados abrangentes		
Operações com derivativos (nível 2)	75.565	43.187
	75.565	43.187
Custo amortizado		
Fornecedor	103.317	149.727
Empréstimo	1.207.787	925.637
Partes relacionadas	1.195.889	844.593
Demais contas a pagar	61.386	50.136
	2.568.379	1.970.093

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

26. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

No quadro abaixo pode ser verificado a análise de sensibilidade da marcação à mercado do swap. Para a simulação na curva de DI, foram consideradas alterações a partir de 2026, considerando que movimento paralelos na curva tem efeito zero. Para a simulação no Dólar futuro, a oscilação incidiu sobre toda a curva.

	Dólar Futuro		
	(10%)	À Mercado	+10%
DI Futuro			
+10%	169.056	62.489	(44.078)
À Mercado	133.320	22.673	(87.975)
(10%)	89.643	(25.991)	(141.625)

27. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$300.000, cobertura de responsabilidade civil geral de R\$60.000 e D&O no valor de R\$120.000.

28. Eventos Subsequentes

Obtenção de Waiver referente cláusulas restritivas (covenants)

Em 10 de março de 2026 em AGD da 5ª Emissão de debêntures simples, não conversível em ações, em 2 (duas) séries, a Companhia obteve a aprovação de anuência prévia "waiver" com inexistência de vencimento antecipado das debêntures para o índice financeiro Dívida Financeira Líquida/EBITDA conforme detalhado na nota explicativa 12.

Renegociação das dívidas

Em 15 de julho de 2026, o Banco Bradesco aprovou a renegociação das debêntures existentes com alteração; (i) dos cronogramas de amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures; (ii) da Remuneração das Debêntures; (iii) da tabela de Prêmio aplicável ao Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures; (iv) dos Índices Financeiros; (v) a inclusão de novos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático; e (v) a inclusão de nova obrigação adicional da Emissora. Esta renegociação prevê 18 meses de carência para o principal como início da amortização em 20 de janeiro de 2028 com amortização trimestral até 20 de janeiro de 2031.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

28. Eventos Subsequentes--Continuação

Renegociação das dívidas--Continuação

Adicionalmente, ainda no mês de julho de 2026, a Companhia concluiu a renegociação dos pagamentos de principal de duas Cédulas de Crédito à Exportação (NCEs), conforme segue:

- (i) A NCE contratada com o Banco ABC, no valor aproximado de US\$10 milhões, terá o principal pago 18 (dezoito) parcelas com início a partir de julho de 2027;
- (ii) A NCE contratada com o Banco Itaú, no valor aproximado de US\$20 milhões, terá o principal amortizado 18 (dezoito) parcelas com início a partir de julho de 2027.

Aporte de capital dos acionistas

Em 12 de fevereiro de 2026 e 15 de julho de 2026, os acionistas efetuou aportes financeiros de US\$ 20 milhões e US\$ 30 milhões, respectivamente. A operação tem como objetivo fortalecer a estrutura de capital da Companhia e prover recursos para suas atividades operacionais e planos de investimento.

Alteração na Diretoria Executiva CEO (Chief Executive Officer)

Em 13 de maio de 2026, após a data-base das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, a Companhia comunicou ao mercado e às demais partes interessadas a alteração em sua liderança executiva, com a nomeação do Sr. Eduardo Orban para o cargo de Diretor-Presidente (CEO), em substituição ao Sr. Jayme Nicolato.

Alteração na Diretoria Executiva CFO (Chief Financial Officer)

Em 24 de julho de 2026, após a data-base das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, a Companhia comunicou ao mercado e às demais partes interessadas a alteração em sua liderança financeira, com nomeação do Sr. David William Pires para o cargo de Diretor Financeiro interinamente (CFO), em substituição ao Sr. Thiago Semião Roldão.

A Companhia não identificou, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, quaisquer outros efeitos relevantes, exceto aos divulgados, que demandem ajuste ou divulgação adicional.

Mineração Morro do Ipê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Diretoria

Eduardo Orban - Diretor - Presidente
Rafael Leite Matos - Diretor de Operações
David William Pires - Diretor Financeiro

Flávio Ary de Oliveira Silveira - Contador CRC-MG 095.168/O-9